



# Diálogos

<http://dx.doi.org/10.4025.dialogos.v24i1>

ISSN 2177-2940  
(Online)

ISSN 1415-9945  
(Impresso)

## Impactos Econômicos dos Governos de Fernando Henrique e Lula da Silva sobre as Forças Armadas (1995-2010)

<http://dx.doi.org/10.4025.dialogos.v23i3.44404>

 Luiz Claudio Duarte

Universidade Federal Fluminense, Brasil. E-mail: [lcdhistoriador@gmail.com](mailto:lcdhistoriador@gmail.com)

<b>Palavras-chave:</b> Forças Armadas; Investimentos; ESG; Neoliberalismo.	<b>Impactos Econômicos dos Governos de Fernando Henrique e Lula da Silva sobre as Forças Armadas (1995-2010)</b> <b>Resumo:</b> Os governos de Fernando Henrique Cardoso são considerados responsáveis por uma forte redução do Estado através de políticas de contenção dos gastos públicos, as quais atingiram também as Forças Armadas. Inversamente, os governos de Lula da Silva apresentaram um discurso desenvolvimentista, que, supostamente, favoreceu o investimento nas Forças Armadas, invertendo as tendências das gestões anteriores. O artigo faz, a partir da leitura de dois textos do cientista político João Roberto Martins Filho e de dados estatísticos da SEORI, a análise crítica e comparativa entre os governos citados em relação aos investimentos – e somente em relação aos investimentos – em Defesa Nacional, na manutenção e modernização das Forças Armadas.
<b>Key words:</b> Armed Forces; Investments; ESG; Neoliberalism.	<b>Economic Impacts of the Fernando Henrique and Lula da Silva Governments on the Armed Forces (1995-2010)</b> <b>Abstract:</b> The governments of Fernando Henrique Cardoso are considered responsible for a strong reduction of the State through policies of containment of public spending, which also affected the Armed Forces. Conversely, the Lula da Silva governments presented a developmental discourse, which supposedly favored investment in the Armed Forces, reversing the trends of previous administrations. From the reading of two texts by political scientist João Roberto Martins Filho and SEORI statistical data, the article makes a critical and comparative analysis between the governments mentioned in relation to investments - and only in relation to investments - in National Defense, in the maintenance and modernization of the Armed Forces.
<b>Palabras clave:</b> Fuerzas Armadas; Inversiones; ESG; Neoliberalismo.	<b>Impactos económicos de los gobiernos de Fernando Henrique y Lula da Silva en las Fuerzas Armadas (1995-2010)</b> <b>Resumen:</b> Los gobiernos de Fernando Henrique Cardoso son considerados responsables de una fuerte reducción del Estado a través de políticas de contención de los gastos públicos, las cuales alcanzaron también a las Fuerzas Armadas. Por el contrario, los gobiernos de Lula da Silva presentaron un discurso desarrollista, que supuestamente favoreció la inversión en las Fuerzas Armadas, invirtiendo las tendencias de las gestiones anteriores. El artículo hace, a partir de la lectura de dos textos del científico político João Roberto Martins Filho y de datos estadísticos de la SEORI, el análisis crítico y comparativo entre los gobiernos citados en relación a las inversiones -y sólo en relación a las inversiones- en Defensa Nacional, en el mantenimiento y modernización de las Fuerzas Armadas.

**Artigo recebido em:** 02/09/2018. **Aprovado em:** 14/02/2019.

## Introdução

Pesquisas sobre os militares e as Forças Armadas podem ser inseridas em diferentes campos, abordagens e quadros teóricos (BARROS, 2017, 2013). O texto que apresentamos enquadra-se no campo da História Econômica e aborda o tema a partir de dois conjuntos de fontes: a) dois textos do cientista político João Roberto Marins Filho, que são criticamente analisados, e b) os dados estatísticos (série de tabelas e gráficos) produzidos pela Secretaria de Coordenação e Organização Institucional do Ministério da Defesa (SEORI). Tanto as hipóteses do professor João Roberto quanto os dados fornecidos pela SEORI são submetidos à análise, não se autoexplicam, mas são interpretados com base na leitura crítica que fazemos da macroeconomia dos governos de FHC e Lula da Silva. Cada tabela é seguida de uma análise/síntese (CARDOSO e PÉREZ BRIGNOLI, 1983; DUARTE, 1995). A análise crítica insere-se no quadro teórico do materialismo histórico. Evidentemente em um texto curto onde é preciso selecionar as informações consideradas prioritárias, ausências serão sentidas, para saná-las não temos alternativa senão sugerir a leitura da nossa tese de doutorado da qual o presente texto é uma parte (DUARTE, 2012).

Nosso trabalho não almeja um estudo amplo dos militares na política (BARBOSA, GONÇALVES et al, 2018), nem das doutrinas militares nos governos de FHC e Lula da Silva (PDN, PND e END). Como indicado no título e no resumo, os objetivos são: a) analisar criticamente, com base nos dados estatísticos da SEORI, os textos citados do professor João Roberto Martins Filho e sua tese de que nos governos FHC as Forças Armadas e os militares foram poupados das restrições e contingenciamentos impostos pelo programa econômico neoliberal, tornando-se, por isso, um dos pilares de sustentação do neoliberalismo no Brasil; b) com base nos dados da SEORI demonstrar que não houve, em termos econômicos, **no tocante aos investimentos nas Forças Armadas**, ruptura entre os governos de FHC e Lula da Silva e que em ambos as Forças Armadas foram atingidas pelas políticas de contingenciamentos que seguiram as diretrizes da macroeconomia neoliberal. Esclarecendo que se trata de perquirir os impactos das políticas macroeconômicas de FHC e Lula da Silva **sobre os investimentos militares**, mas não os possíveis rebatimentos dos investimentos militares e da Indústria de Defesa na economia (DAGNINO, 2010).

Portanto, não estão no escopo do trabalho estudar as relações civis-militares (ainda que comentários pontuais se façam presentes) nem as questões relativas à doutrina do emprego militar nos governos referidos e suas relações com a política externa e as pretensões dos referidos governos em termos de inserção internacional do Brasil (FUCCILLE, 2015).

Mas algumas breves palavras devem ser ditas. Não obstante as relações civis-militares não serem tema do artigo, a articulação entre os dois objetivos supraditos exigir-nos-á pôr em relevo as relações e tensões entre a cúpula das Forças Armadas, sua elite dirigente, e os governos, mais

precisamente, as tensões entre os comandos militares – tensões as vezes expressas por meio de militares da reserva – e as diretrizes econômicas dos governos analisados.

No tocante à doutrina de emprego militar as gestões de FHC ocorreram no contexto do que Oliveira (1994) chamou de “crise de identidade” dos militares<sup>1</sup>. Tema que aparece nos anos de 1990 e início dos anos 2000 (governos Collor, Itamar Franco e FHC), por exemplo, em documentos da Escola Superior de Guerra e em artigos publicados por intelectuais esguianos (DUARTE, 2012). A “crise de identidade” seria resultante de duas ordens de fatores: a) os de natureza econômica que englobariam a situação salarial considerada insuficiente e mesmo humilhante e a falta de investimentos em manutenção, ampliação e modernização do aparelho militar (ambos com seus desdobramentos em termos morais, de desestímulo e desvalorização da carreira militar); b) os de natureza ideológica, cultural e profissional, resultante da ausência – após o desmantelamento da URSS e o “fim do comunismo” – de uma nova doutrina militar, um sentido de missão, que substituísse o combate ao comunismo da Doutrina de Segurança Nacional. A “crise de identidade” perdurou por toda a década de 1990 e entrou no século XXI, mesmo com a publicação em 1996 do Documento Sobre a *Política de Defesa Nacional* pelo governo FHC<sup>2</sup>. A Doutrina de Segurança Nacional, obsoleta pelo fim da guerra fria, não oferecia mais um sentido de missão e vários foram os discursos pronunciados em terras nacionais e alhures que preconizavam a igual condição obsoleta para as Forças Armadas latino-americanas visto que, não inseridas nos grandes conflitos mundiais e não havendo mais o “inimigo interno” a combater – a ameaça comunista – tornavam-se desnecessárias (DUARTE, 2012). Nesse ambiente histórico em que ruíram antigas certezas geoestratégicas uma nova doutrina do emprego militar fazia-se necessária. Para Martins e Oliveira: “têm-se um esquema evolutivo no que toca a construção de um conceito estratégico nacional”. Porém, as premissas lançadas pelo documento de 1996 possuiriam ainda “caráter muito mais vago” (2015, p. 2). Ademais, os militares queixavam-se do desinteresse da sociedade civil (no sentido de paisanos) pelas questões relativas à Defesa Nacional e pela sorte das Forças Armadas. Foram anos de transição entre a velha doutrina – a DSN – e a nova doutrina que será publicada no primeiro governo Lula da Silva em 2005. A *Política Nacional de Defesa* (PND) e a *Estratégia Nacional de Defesa* (END) foram publicadas respectivamente em 2005 e 2008 e atualizadas em 2012<sup>3</sup>, ano em que também foi publicado o *Livro Branco de Defesa Nacional*<sup>4</sup>.

Segundo Martins e Oliveira, ao compararem o Documento Sobre a *Política de Defesa Nacional* de 1996 com a *Política Nacional de Defesa* de 2005:

---

<sup>1</sup> Sobre as relações civis-militares e o sentido de missão dos militares na gestão de Fernando Henrique Cardoso uma boa síntese, incluindo uma revisão bibliográfica, é encontrada no texto de Luís Alexandre Fuccille (2003).

<sup>2</sup> Cf. <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/fhc/politica-de-defesa-nacional-1996.pdf>>.

<sup>3</sup> Cf. <[https://www.defesa.gov.br/arquivos/estado\\_e\\_defesa/END-PND\\_Optimized.pdf](https://www.defesa.gov.br/arquivos/estado_e_defesa/END-PND_Optimized.pdf)>.

<sup>4</sup> Cf. <[https://www.defesa.gov.br/arquivos/estado\\_e\\_defesa/livro\\_branco/livrobranco.pdf](https://www.defesa.gov.br/arquivos/estado_e_defesa/livro_branco/livrobranco.pdf)>.

O novo documento engloba o anterior, reproduzindo na íntegra diversos pontos do texto precedente. Porém, é mais amplo e tem preocupações textuais que refletem a tentativa de explicitar conceitos diferentes daqueles subjacentes ao texto de 1996. Alguns desses conceitos refletem concepções geopolíticas distintas das do texto anterior [...]. (MARTINS e OLIVEIRA, 2015, p. 7-8).

Ou seja, ainda que havendo diferenças, o governo Lula da Silva não se constituiu, em termos de formulação doutrinária para a área de Defesa, em uma ruptura com as diretrizes – e pretendemos demonstrar que também não em termos práticos, isto é, de alocação de recursos – gestadas na administração anterior. A nova orientação doutrinária que estava sendo debatida e que foi sendo consolidada ao longo da década de 1990 e na primeira década do século XXI é a **estratégia da dissuasão** (MARTINS e OLIVEIRA, 2015; DUARTE, 2012)<sup>5</sup>.

Ainda sobre a linha de continuidade entre as administrações de FHC e Lula da Silva no tocante a Política de Defesa Nacional, afirmam Martins e Oliveira:

[...] as mudanças são sutis e prevalecem os trechos idênticos. Seguindo essa mesma forma de apresentação, isto é, com pequenas substituições que não alteram substancialmente o conteúdo dos parágrafos, temos a retomada pelo documento de 2005 de diversos aspectos descritivos e constatações de ordem empírica sobre o contexto mundial e o perfil geopolítico do Brasil. São muito semelhantes: a avaliação do contexto internacional no que tange as baixas probabilidades de confrontos bélicos nucleares em escala planetária, as incertezas e à redução da previsibilidade estratégica e à caracterização dos conflitos localizados como decorrentes de extremismos étnicos, religiosos e nacionalistas. Quanto ao perfil geopolítico brasileiro o texto mais recente simplesmente reproduz o texto anterior [...]. Texto que, aliás, é de boa qualidade, seja em termos linguísticos, seja em termos de seu conteúdo geopolítico, que é explicitado, pelas considerações sobre as repercussões da posição geográfica brasileira no espaço mundial e seus desdobramentos para a defesa, especialmente a necessidade de simultaneamente atentar para os aspectos da efetivação de seu poder terrestre (longa faixa de fronteiras continentais) e de seu poder marítimo (extensas águas jurisdicionais).

Os documentos são similares também na definição dos objetivos da PDN. Mais uma vez o texto de 2005, um pouco mais amplo, retoma de forma quase literal o texto de 1996. Outro ponto de convergência entre os documentos está na avaliação política e estratégica do contexto regional brasileiro e seu entorno oceânico – o Atlântico sul e a vizinhança africana. Os dois documentos apontam para o fato de esta área ampla ser relativamente desmilitarizada no lado sul americano e rica em recursos do lado oceânico, assim como a importância desses fatos para a PDN.

Discutem também o papel estratégico do processo de integração regional via Mercosul, criado em 1991, do Acordo de Cooperação Amazônica de 1978 e a consolidação da Zona de Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), objeto de acordo internacional firmado em 1986 capitaneado pela Diplomacia brasileira. Esses arranjos diplomáticos e econômicos, que preveem formas variadas de cooperação, são tidos como fundamentais na conformação de um “*anel de paz*” [...] em torno do território nacional.

Considerando essas convergências entre os documentos analisados, pode-se afirmar que houve certo grau de consenso e continuidade da PDN no período em questão. Essa afirmação pode ser melhor avaliada à luz das rápidas transformações no ambiente internacional, sobretudo, àquelas ocorridas após os ataques aos EUA em setembro de 2001, como as invasões do Iraque e Afeganistão comandadas pelos norte-americanos, sem o aval do ONU.

Algumas das previsões de aumento da incerteza e instabilidade internacional motivada por conflitos étnico-religiosos ganharam, portanto, novos contornos e profundidade. Se nos aspectos econômico e geográfico houve expansão e difusão espacial dos processos de

---

<sup>5</sup> Uma análise detalhada sobre o abandono da Doutrina de Segurança Nacional, a discussão e consolidação da estratégia da dissuasão encontra-se em nossa tese de doutoramento. Cf. DUARTE, 2012.

integração mediante consolidação e ampliação de fluxos globais e redes, redundando na formação de diversificados e hierarquizados espaços da globalização [...], no plano geopolítico recrudescer a fragmentação e acirrou-se o debate em torno de concepções voltadas a multipolaridade ou unipolaridade, desmontando argumentos e discursos liberais e não realistas sobre o fim da História [...]. As convergências apontadas entre os documentos basilares da PDN nos dois momentos distintos estão em sintonia com a leitura geopolítica dessa fragmentação num cenário de crescente complexidade geográfica. (MARTINS e OLIVEIRA, 2015, p. 8-9, grifos no original)<sup>6</sup>.

Aspecto importante presente no documento de 1996 e aprofundado no texto de 2005 é o entendimento de que com o fim da guerra fria as relações internacionais ficaram mais voláteis, os fatores de incertezas se agravaram, assim como o *gap* tecnológico entre as nações menos e mais desenvolvidas. Nesse cenário pós-guerra fria os documentos, ainda que assimetricamente, revelam “com certa sutileza, a previsão de tensões potenciais com países ricos, ou seja, tradicionais potências econômico militares, inclusive as do campo ocidental” (MARTINS e OLIVEIRA, 2015, p. 10).

Diante desse diagnóstico os dois documentos apontam para a necessidade de buscar-se a autonomia tecnológica em termos de produção de materiais de defesa. Seria de se esperar então que tanto as administrações de FHC quanto as de Lula da Silva alocassem recursos suficientes para alcançar a referida autonomia em termos de matérias de defesa. Entretanto, os dados estatísticos que analisaremos a seguir apontam – para além dos discursos governamentais – para uma direção inversa. A verdade foi que, inseridos em uma dinâmica macroeconômica de cariz neoliberal tanto os governos de FHC quanto os de Lula da Silva mantiveram os orçamentos militares, mormente no tocante aos investimentos em materiais de defesa, em patamares ínfimos, absolutamente incapazes de dotar o Brasil de uma real capacidade de defesa com plena autonomia tecnológica. A realidade foi o descompasso entre as promessas, planos e anúncios e os fatos expressos nos recursos orçamentários efetivamente alocados para a defesa nacional.

### **A Sustentação do Aparelho Militar: Custeio, Soldos e Investimentos**

Para Martins Filho (2000, 2002), ao contrário de Fernando Collor, FHC buscou atrair os militares para o “bloco de centro-direita”, que dava sustentação ao projeto pró-globalização. Para isto balizou suas relações com os militares em dois pilares: a garantia de que os rigores “da estabilização monetária e da contenção orçamentária não se aplicariam automaticamente às Forças Armadas” e a “utilização das Forças Armadas como fator de ordem interna”; questão em relação à

---

<sup>6</sup> A leitura bastante positiva que Martins e Oliveira fazem do documento denominado *Estratégia Nacional de Defesa* de 2008 não é compartilhada, por exemplo, por Renato Dagnino para quem “São muitas as repetições aparentemente injustificadas, informações dispersas e pouco objetivas. É frequente o uso de uma linguagem hermética e confusa [...]” (2010, p. 215).

qual os militares são sensíveis, especialmente o Exército. Foi inclusive no segundo governo do presidente Fernando Henrique Cardoso que o governo regulamentou o artigo 142 da Constituição Federal que autoriza o emprego das Forças Armadas em missões internas de Garantia de Lei e da Ordem (GLO). Entretanto, somente nos governos do presidente Lula da Silva e da presidenta Dilma Rousseff foram complementadas as bases legais para o emprego – que tem sido sistemático, quando previsto para se esporádico – das ações de Garantia de Lei e da Ordem<sup>7</sup>.

No entender de Martins Filho, em conformidade com o primeiro pilar, as Forças Armadas foram poupadas dos cortes gerais previstos para o orçamento de 1995, preservando para as pastas militares: R\$1 bilhão que não foram “contingenciados”. Os ministros militares também conseguiram R\$5,6 bilhões para suas pastas no Plano Plurianual de 1996-1999, valor superior aos destinados à educação e à saúde (DRAIBE, 2009)<sup>8</sup>. Nessa lógica de aproximação entre as Forças Armadas e o governo FHC, em março de 1996 o Exército obteve a liberação de R\$120 milhões destinados a sanar dívidas com fornecedores e que estavam retidos no Tesouro Nacional e, em maio de 1998, foram anunciados investimentos para o reaparelhamento das Forças Armadas da ordem de R\$4 bilhões até 2015. Tão ou mais importante que a preservação ou mesmo ampliação das destinações orçamentárias foi a continuidade da prática “da capacidade militar de decidir onde gastar em armamentos” de forma autônoma (MARTINS FILHO, 2002, p. 97).

Utilizando dados do Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI) e da U.S. Arms Control and Disarmament Agency (USACDA), Martins Filho afirma que:

[...] o único período em que houve efetivamente diminuição das despesas militares foi a primeira metade dos anos 1980, sob a aguda crise econômica que afetou os últimos anos do regime militar. Em contraste, há uma recuperação justamente no primeiro governo civil pós-ditadura, o de José Sarney (1985-1992) [...] o governo Collor de Mello (1990-1992) incluiu os orçamentos militares no seu ataque aos gastos estatais [...] o governo Itamar Franco (1992-1994) retomou os gastos nos níveis de Sarney. Mas é a partir do orçamento de 1995 (elaborado quando FHC era ministro da Fazenda de Itamar) que as despesas militares sobem consistentemente até atingir, no segundo e terceiro ano de seu primeiro governo, os maiores patamares do período 1981-1999. Como se vê [...] pelo menos no caso do Brasil, a globalização não implicou enfraquecimento desse setor do aparelho de Estado. (MARTINS FILHO, 2002, p. 98).

---

<sup>7</sup> O emprego das Forças Armadas na Garantia de Lei e da Ordem tem seu fundamento constitucional no artigo 142 da Constituição Federal, o qual foi primeiramente regulamentado pela Lei Complementar nº 69, de 23/07/1991, ainda no governo do presidente Fernando Collor de Mello (ZAVERRUCHA, 1994); sendo posteriormente modificada pela Lei Complementar nº 97, de 09/07/1999 e pelo Decreto nº 3.897, de 24/08/2001, nos governos do presidente Fernando Henrique Cardoso; e novamente alterada pela Lei Complementar nº 117, de 02/09/2004 e pela Lei Complementar nº 136, de 25/08/2010, nos governos do presidente Luís Inácio Lula da Silva. Em 2014, no governo da presidenta Dilma Rousseff, o Ministério da Defesa publicou o Manual de Garantia da Lei e da Ordem que disciplina o seu emprego e expõe o arcabouço jurídico que embasa a legalidade do seu uso (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2014). Tanto Fernando Henrique Cardoso como Lula da Silva e Dilma Rousseff fizeram uso das Forças Armadas em operações de GLO – diretamente ou através do apoio a governos estaduais aliados – para reprimir movimentos sociais.

<sup>8</sup> O orçamento do Ministério da Defesa é sempre maior que os orçamentos dos ministérios da Educação, Cultura e Ciência e Tecnologia somados.

O tratamento diferenciado para as Forças Armadas, diz Martins Filho, se reproduziu na esfera salarial. Para tanto, o governo FHC enviou ao Congresso Nacional, em março de 1996, a Proposta de Emenda Constitucional nº 338 que definiu as atividades militares como ‘carreiras típicas de Estado’. A emenda foi aprovada pelo plenário da Câmara dos Deputados em setembro de 1997 e em dezembro pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado Federal. Essa alteração constitucional que permitirá ao governo dar aos servidores militares um tratamento privilegiado em relação àquele a que foram submetidos os servidores civis já havia sido defendida pelo ministro Mauro José Miranda Gandra, da Aeronáutica, em janeiro de 1995, ao afirmar que “o reconhecimento dos militares como ‘servidores de Estado’ representava ‘*a meta administrativa e psicossocial mais importante das Forças Armadas hoje*’, acrescentando que resolver o problema era um fator ‘indispensável para a tranquilidade do próprio governo’” (MARTINS FILHO, 2000, p. 6).

Em maio de 1998, foi “aprovado o aumento das gratificações em 113% – acima da reivindicação inicial de 100%, feita pelos militares – prevendo-se mais um acréscimo de 30% para 1999” (MARTINS FILHO, 2000, p. 2). O reajuste concedido em 1998 incidiu sobre a Gratificação Especial de Trabalho (GET), a qual representava 36% do soldo (MARTINS FILHO, 2002, p. 99-100). Com isso – diz Martins Filho – “mesmo sem abolir completamente a insatisfação salarial nos quartéis, o governo conseguiu abrandar um aspecto central da crise de identidade castrense dos anos 90” (MARTINS FILHO, 2000, p. 5).

### **A Presidência FHC e as Forças Armadas**

Para Martins Ferreira:

Uma das características mais visíveis do papel dos militares no processo recente brasileiro é a forma como o governo Fernando Henrique reforçou as funções de ordem interna das Forças Armadas. Nesse sentido, embora a Política de Defesa Nacional defina-se oficialmente como voltada para ameaças externas, não faltam evidências de que os órgãos de informações militares continuam a manter sob estrita vigilância os movimentos sociais [...]. (MARTINS FILHO, 2002, p. 100).

Os movimentos sociais foram classificados pelos militares como ‘forças adversas’ e, como tal, espionados; inclusive por companhias de inteligência que atuavam “fora do controle do Congresso Nacional” e que foram criadas por decreto presidencial assinado em 07/09/1995 (MARTINS FILHO, 2000, p. 8-11, 2002)<sup>9</sup>.

---

<sup>9</sup> Cf. Fuccille (2003).

Martins Filho descreve vários momentos em que a função de manutenção da ordem interna foi exercida pelas Forças Armadas, mormente pelo Exército, em intervenções determinadas e/ou autorizadas pelo presidente Fernando Henrique Cardoso.

[...] o processo de manutenção das funções internas pelo Exército brasileiro, tanto no discurso como nas ações [...] **revelou-se fundamental para a nova função dos militares no Brasil da globalização**. Nesse sentido, independentemente da criação do Ministério da Defesa ou da publicação da Política de Defesa Nacional, as Forças Armadas têm desempenhado, depois de 1995, um papel crucial no interior do bloco no poder [...]. (MARTINS FILHO, 2002, p. 101, grifos no original).

A partir dessa análise que faz das relações entre o poder político – Executivo e Legislativo – com as Forças Armadas, particularmente da preservação de importantes espaços de autonomia deixados aos militares e da preservação e aplicação da função de intervenção interna, Martins Filho considera que as Forças Armadas não só se mantiveram leais como também se constituíram em uma das bases de sustentação do programa neoliberal durante os governos de FHC (ALMEIDA, 2010; ÁVILA, 2004; BENJAMIN, 1998; CARNEIRO e ÁVILA, 2009; GONÇALVES e POMAR, 2000, 2002).

A conclusão de Martins Filho de que os militares – ele não se refere a uma fração específica, a um “partido militar” (ROUQUIÉ, 1980) específico, mas aos militares em geral – constituíram-se em uma das bases de sustentação do programa neoliberal durante os governos de FHC assenta-se na hipótese do autor de que as Forças Armadas foram preservadas das restrições orçamentárias, não foram prejudicadas pelas medidas econômicas neoliberais do período e na conclusão de que, por terem sido preservadas, mantiveram-se leais ao governo atuando na repressão aos movimentos de contestação; avalizando assim o programa pró-globalização e o neoliberalismo. Estamos convencidos de que a hipótese de Martins Filho está equivocada e que o autor não apresenta evidências consistentes quanto a sua conclusão.

O fato de as Forças Armadas terem sido empregadas em operações de GLO – o que seus comandantes não têm autonomia legal nem para decidirem por conta própria nem para recusarem, sendo a decisão de exclusiva competência do presidente da República – em mais de uma situação para reprimir protestos contra os governos de FHC e o terem feito, como ordenado, não demonstra identificação com o programa macroeconômico do governo, mas simplesmente obediência à estrutura hierárquica da corporação militar e submissão ao ordenamento jurídico e constitucional que subordina as Forças Armadas ao seu comandante em chefe: o presidente a República. Ou seja, legalmente os chefes militares, concordassem ou não com as operações, não sendo a ordem de executá-las ilegal, não podiam recusarem-se a cumpri-las. Não se pode confundir obediência hierárquica – uma questão muito sensível para os militares – com concordância política. Formados ideologicamente sob a DSN os militares da época tendiam a expressar um posicionamento hostil

aos movimentos sociais e, portanto, não tendiam a manifestar resistência quando chamados – legalmente – a reprimi-los<sup>10</sup>. Mas, consideramos, não se pode deduzir daí apoio às políticas econômicas do governo. Aliás, à frente demonstraremos que ocorreram sim manifestações verbais de chefes militares contra os efeitos das políticas econômicas dos governos de FHC sobre as Forças Armadas, bem como em relação à adesão do governo ao projeto da globalização. É possível e provável que setores militares simpatizassem com as políticas neoliberais e mesmo com a globalização (ou as tomassem como inevitáveis), porém Martins Filho em sua conclusão não se refere a uma fração militar específica, mas aos militares em geral, o que, a nosso ver, ele não consegue demonstrar.

Analisaremos mais detalhadamente os argumentos de Martins Filho para aferirmos se as políticas dos governos FHC foram ou não favoráveis às Forças Armadas e os impactos do neoliberalismo junto aos intelectuais militares. Mas antes de abordarmos a “frente interna” e a problemática dos soldos e dos gastos militares, vamos citar um fato, sem nos prolongarmos em analisá-lo, ocorrido em outubro de 2000, no segundo governo FHC.

Segundo o que foi divulgado na mídia, o então comandante do Exército, general Gleuber Vieira, concedeu uma entrevista alertando para os riscos que a crescente presença militar dos EUA na Colômbia trazia para o Brasil. O presidente Fernando Henrique quis demiti-lo e só não o fez por ter o general Gleuber recebido apoio e solidariedade de 155 generais que com ele se reuniram e endossaram suas considerações sobre os problemas na fronteira com a Colômbia, **além de tecerem críticas ao tratamento que estava sendo dispensado ao Exército pelo governo.**

Segundo o semanário que noticiou o referido encontro, o general Carlos Eduardo Jansen declarou:

‘Como profissional militar, o general Gleuber cumpriu seu papel ao analisar a situação do Exército com os generais. **Com os cortes em nosso orçamento**, o Presidente FHC é o principal responsável pelo sucateamento de nossos equipamentos neste momento decisivo para a defesa da Amazônia’. (PEDROSA e CONTREIRAS, 2000, sem grifos no original).

A crítica do general Jansen foi secundada pelo coronel Luiz Henrique Pires:

‘O general Gleuber fez uma análise sobre a situação do Exército diante dos generais que, tal como ele, assumiram o compromisso de defender a Pátria. Não expôs para a imprensa ou publicamente **os problemas que a área econômica vem criando para o Exército brasileiro**. Nós não queremos privilégios, mas sim **que as elites reconheçam a necessidade de se preservar a integridade territorial e a soberania nacionais, que podem ser afetadas na Amazônia pela Operação Colômbia**’. (PEDROSA e CONTREIRAS, 2000, sem grifos no original).

---

<sup>10</sup> A respeito de como o emprego das Forças Armadas em operações de Garantia da Lei e da Ordem, isto é, em ações internas, possa ter contribuído para dar um novo sentido de missão para os militares após o fim da Guerra Fria e os riscos desse envolvimento dos militares em ações de segurança pública para a democracia ver Fuccille (2003); Prado e Mancuso (2010).

A questão da “ameaça” à soberania brasileira sobre a região amazônica, tida como cobiçada pelos “países ricos” do hemisfério norte, é uma das mais marcantes nas críticas dos intelectuais militares à globalização e à adesão do Estado brasileiro às políticas e teses neoliberais de redução do Estado. Essa é uma questão antiga e que suscitou, por mais de uma vez, ações de governos brasileiros no sentido de, supostamente, fortalecer a presença nacional – econômica, militar e demográfica – na região norte do país; entretanto, nos anos dos governos do presidente FHC – que foram também os da consolidação da hegemonia político-militar dos EUA como única superpotência – as preocupações nacionalistas dos militares com a Amazônia adquiriram tons dramáticos (FRANKLIN, 2012).

Fica evidente que existiram tensões nada desprezíveis entre os militares e o governo FHC tanto em questões relativas à política de defesa quanto em relação à manutenção do aparelho militar. Mesmo a oficialidade da Marinha e da Aeronáutica, cujas forças receberam alguns agrados para aquisição de novos equipamentos, não estava, principalmente no tocante à remuneração, satisfeita com o governo (PEDROSA e CONTREIRAS, 2000).

Vejamos, a seguir, o que os dados estatísticos permitem-nos pensar sobre os impactos do neoliberalismo no aparelho militar.

### **As Forças Armadas nos Governos FHC e Lula da Silva**

Martins Filho (2000) sustenta que durante os governos de FHC houve a recuperação no nível dos gastos militares depreciados pelo governo Collor de Mello (CASTRO, 1991; NETO, 1991; OLIVEIRA, 1992). Ocorreu, também, uma evolução na comparação com os gastos dos países sul-americanos. Entretanto, ao observamos os gráficos que apresenta nos artigos analisados, verificamos que, em nenhum momento, entre 1981 e 1999, os gastos militares chegam a 2% do PIB. Pelos dados da *U. S. Arms Control and Disarmament Agency* (USACDA) usados pelo autor, entre 1981 e 1987, os gastos ficam abaixo de 1% do PIB; nos anos de 1988, 1989, 1991-1994, situam-se acima de 1%, mas abaixo de 1,5% e só ultrapassam essa marca nos anos de 1990, 1995-1997; isto é, em três dos oito anos de governo do presidente FHC. No caso dos dados fornecidos pelo *Stockholm International Peace Research Institute* (SIPRI), os gastos militares aparecem sempre acima de 1% do PIB, mas só ultrapassam a marca de 1,5% do PIB nos anos de 1982 e 1990<sup>11</sup>. Se é verdade que os gastos totais do período 1995-1997 mostram uma recuperação em relação à política de terra

---

<sup>11</sup> Os números fornecidos por Martins Filho, no artigo publicado na revista *Olhar* em 2000 (Quadro II, p. 7), não coincidem plenamente com o que se pode observar no gráfico da página 98 do artigo publicado na *Crítica Marxista* em 2002, apesar, de nos dois artigos, ele se servir de dados fornecidos pelo SIPRI. Considerando também outras fontes, optamos por utilizar as informações do artigo mais recente por ele publicado na revista *Crítica Marxista*.

arrasada do governo Collor de Mello, a verdade é que não houve uma melhora que possa ser considerada expressiva e o volume total dos gastos militares brasileiros continuou a representar uma parcela bem pequena do PIB. Ademais, a partir de 1997, os gastos já mostram uma tendência declinante. E mais, considerando o que informa Oliveira (1994), os gastos das Forças Armadas representavam 2,3% do PIB em 1955; 2,1% em 1965; 2,0% em 1970 e 1,2% em 1975; despencando nos anos seguintes – quando já se vivia o ocaso do chamado “milagre brasileiro” da ditadura – para menos de 1%. Ou seja, os gastos totais com defesa nos governos do presidente Fernando Henrique Cardoso foram, em relação ao PIB, inferiores ao que se despendeu nos anos de 1955, 1965 e 1970. Olhando por este prisma, fica difícil conceber os anos da administração FHC como favoráveis às Forças Armadas brasileiras e à implantação de uma eficiente Política Nacional de Defesa (CARMO, 1997; PESSANHA, 1998).

Contudo, o problema principal nos dados empregados por Martins Filho – e que se repete no estudo de Fernandes (2006) sobre a relação entre os militares e os governos FHC – é que eles, baseados em dados do SIPRI, se referem aos gastos **totais** das Forças Armadas; mas, ao desmembrá-los constatamos que a maior parte destina-se na verdade ao pagamento de soldos, aposentadorias e pensões; a segunda maior parte é comprometida com custeios e apenas uma parcela bem reduzida destina-se a investimentos e aquisição de novos equipamentos de defesa. Ou seja, a parte dos gastos públicos com defesa que poderia significar a real modernização das Forças Armadas, em uma época em que o emprego de tecnologias de ponta faz a diferença na capacidade de combate, é, via de regra, ínfima. Muito aquém do necessário à constituição de Forças Armadas modernas. Além disso, os gastos com pessoal não significam que tenham as Forças Armadas brasileiras o contingente ideal. Segundo a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), em 2001 – penúltimo ano do último governo de FHC – enquanto nos EUA havia um militar para cada 201 habitantes; na Espanha, era um para cada 237 habitantes; na Argentina, um para cada 525 habitantes; no Chile, um militar para cada 173 habitantes; no Brasil tinha-se um militar das Forças Armadas para cada 584 habitantes (FERNANDES, 2006, p. 79). A política de “contingenciamentos orçamentários” visando à “meta fiscal levou o presidente Fernando Henrique Cardoso a autorizar, por meio de decreto publicado no Diário Oficial, o Ministério do Exército a dispensar 44 mil recrutas do contingente de 52 mil alistados em março passado para o serviço militar obrigatório” (ESTADÃO, 2002).

Neste trabalho analisamos somente as despesas da União com as Forças Armadas através do seu órgão gestor: o Ministério da Defesa<sup>12</sup>. Ou seja, através das despesas que fazem parte da rubrica Defesa. E foram também essas as despesas analisadas por Martins Filho nos textos que

---

<sup>12</sup> O Ministério da Defesa (MD) foi criado em 10/06/1999, pela Lei Complementar nº 97, de 09/06/1999. Até a sua criação o órgão que coordenava as Forças Armadas era o Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA).

empregamos. Entretanto, cabe esclarecer que nem todos os recursos utilizados pelas Forças Armadas são provenientes do MD. Elas também recebem recursos de outros ministérios e órgãos públicos para a execução de obras e serviços específicos. É o caso da Engenharia Militar do Exército que executa obras civis junto a órgãos públicos federais, estaduais e municipais, algumas em parceria com empreiteiras. Nesses casos da realização de obras de infraestrutura por meio do Sistema de Obras de Cooperação (SOC) é comum os recursos serem alocados por outros órgãos públicos responsáveis pela gestão das obras (NEGRÃO, 2012). Situação semelhante pode ocorrer também quando do emprego de militares em ações de socorro à população civil em momentos de catástrofe, quando verbas oriundas de outros órgãos, que não o Ministério da Defesa, podem viabilizar a aquisição de equipamentos – que são integrados ao patrimônio da força militar – e cobrir custos com as tropas envolvidas. Contudo, há de se ressaltar que tais investimentos não são os que efetivamente sustentam o aparelho militar, os que o capacitam para a execução da sua função precípua: a defesa do território e da soberania nacional. E nem mesmo tais obras estão necessariamente relacionadas à indústria base de defesa, à construção de infraestrutura diretamente necessária à Estratégia Nacional de Defesa. Desta forma, parece-nos que seria inadequado conceber tais investimentos como sendo em Defesa Nacional, como investimentos na manutenção e fortalecimento do aparelho militar. É certo que pode haver vantagens para a Logística, tanto na obtenção de equipamentos como treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, mas não como resultante de uma política estatal de fortalecimento da capacidade nacional de defesa.

As tabelas que apresentamos e analisamos nesse estudo confirmam nosso entendimento de que tanto os governos de FHC quanto os de Lula da Silva não realizaram nenhuma evolução significativa nos investimentos em Defesa (CARCANHOLO, 2010; FILGUEIRAS, 2007 e 2010). Algumas áreas e projetos do aparelho militar receberam maiores atenções – como o projeto do submarino nuclear que ganhou novo fôlego nos governos Lula da Silva e também algumas armas do Exército e investimentos da Força Aérea Brasileira – mas sem que isso significasse uma elevação expressiva no volume total dos investimentos em Defesa e, via de regra, mais se prometeu do que se fez. E, em particular, não se consegue demonstrar que, como afirma Martins Filho, os militares e as Forças Armadas foram resguardadas dos contingenciamentos financeiros implementados no período em consonância com as políticas neoliberais.

No Governo Lula (2003-2010), houve um sopro de esperança, com diversas encomendas de equipamentos novos e *retrofits* de equipamentos usados [...] a compra dos helicópteros EC-725, *retrofit* dos helicópteros Esquilo e Pantera, desenvolvimento do morteiro de 120 mm, compra do VBTT – Veículo Blindado de Transporte de Tropas [...], fabricação do fuzil Imbel IA2, lançador ALAC, míssil MSS 1.2 e Radar SABER 60 [...]. (GUERRA, 2013, p. 1158, grifos no original).

Mas, começemos pelos dados gerais. A tabela 1-A mostra a evolução do orçamento destinado à defesa nacional em bilhões de reais entre 2004 e 2010. A tabela 1-B mostra como se distribuiu percentualmente a execução orçamentária 2000-2006 entre os órgãos do MD.

**TABELA 1-A**

Evolução do Orçamento Destinado à Defesa Nacional em Bilhões de Reais	
Ano	Orçamento
2004	26.606.449.779,81
2005	30.307.655.611,04
2006	33.992.452.011,12
2007	37.369.223.631,58
2008	40.134.170.700,99
2009	47.485.271.785,70
2010	43.312.528.799,07

**Fonte:** Portal da Transparência: <http://www.portaltransparencia.gov.br/>

**TABELA 1-B**

Execução Orçamentária de 2000 a 2006. Participação Percentual dos Órgãos do MD na Despesa Total							
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Marinha	27	26	25	25	24	23	23
Exército	45	45	46	47	46	44	46
Aeronáutica	24	26	25	25	27	28	26
ACAnac*	4	3	3	3	3	5	4

\*Administração Central mais ANAC.

**Fonte:** MINISTÉRIO DA DEFESA. Secretaria de Coordenação e Organização Institucional (SEORI): Execução Orçamentária, série estatística 2000-2010. Brasília, s.d.

Considerando as despesas efetivamente realizadas, as tabelas 2, 3 e 4 permitem perceber que os gastos com defesa nos mandatos dos presidentes FHC e Lula da Silva permaneceram bastante modestos.

**TABELA 2**

Gasto Público Federal Não-Financeiro por Órgão como Percentual do PIB (Gestão Tesouro)		
	1994	1995
Justiça Militar	0,01	0,01
SAE	0,01	0,01
EMFA	0,01	0,01
Ministério da Aeronáutica	0,33	0,46
Ministério do Exército	0,79	0,93
Ministério da Marinha	0,42	0,52
Total	1,57	1,94

**Fonte:** Secretaria do Tesouro Nacional/SIAFI e IPEA/Coord. Geral de Finanças Públicas, in PIANCASTELLI e PEREIRA (1996, p. 30).

**TABELA 3**

Despesa Primária do MD – Participação Percentual no PIB											
1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
1,79	1,63	1,55	1,64	1,57	1,64	1,82	1,74	1,46	1,43	1,45	1,46

**Fonte:** MINISTÉRIO DA DEFESA. Secretaria de Coordenação e Organização Institucional (SEORI): Execução Orçamentária, série estatística 2000-2010. Brasília, s.d.

TABELA 4-A

Despesa Primária do MD – Participação Percentual na Despesa Primária da União											
1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
12,3	11,53	10,68	10,87	10,36	10,5	11,12	10,63	9,31	8,88	8,55	8,43

**Fonte:** MINISTÉRIO DA DEFESA. Secretaria de Coordenação e Organização Institucional (SEORI): Execução Orçamentária, série estatística 2000-2010. Brasília, s.d.

TABELA 4-B

Gasto Público Federal por Órgão e Natureza de Despesa - Gestão Tesouro - Jan/Dez. 1995										
(Em R\$ mil de dez/95)										
Natureza de Gastos/Órgão	PE	JEDI	JEDE	ODC	Inv.	IF	ADI	ADE	ODCap	Total <sup>13</sup>
Justiça Militar	55.373	0	0	6.470	1.462	10	0	0	0	63.315
SAE	38.287	0	0	10.897	447	1	0	0	84	49.716
EMFA	18.808	0	0	37.022	6.870	0	0	0	0	62.700
Min. da Aeronáutica	2.146.780	2.803	73.109	639.250	181.175	15	4.139	143.887	0	3.191.158
Min. do Exército	5.116.578	0	22.466	617.975	325.982	15.324	0	36.103	0	6.134.428
Min. da Marinha	2.560.446	1.282	51.488	532.048	309.067	2.420	2.688	114.955	0	3.574.395

PE = Pessoal e Encargos; JEDI = Juros e Encargos da Dívida Interna; JEDE = Juros e Encargos da Dívida Externa; ODC = Outras Despesas de Custeio; Inv. = Investimentos; IF = Inversões Financeiras; ADI = Amortização da Dívida Interna; ADE = Amortização da Dívida Externa; ODCap = Outras Despesas de Capita.

**Fonte:** Secretaria do Tesouro Nacional/ SIAFI e IPEA/Coord. Geral de Finanças Públicas, in PIANCASTELLI e PEREIRA, 1996, p. 26-27.

As tabelas 1-A, 1-B, 3 e 4-A podem, à primeira vista, favorecer a ilusão de que a gestão neoliberal não foi tão ruim assim para as Forças Armadas, posto que os gastos totais com defesa – ainda que oscilantes e com tendência de queda em relação a 1995 – ficaram em patamares superiores aos que predominaram nos anos de 1970 e 1980. Ademais, a tabela 1-A que abrange os dois governos do presidente Lula da Silva ao revelar o crescimento em valores absolutos dos recursos destinados ao MD que passaram de R\$26.606.449.779,81 em 2004 para R\$43.312.528.799,07 em 2010, um crescimento de R\$16.706.078.999,26 em seis anos, pode dar a impressão de que os governos Lula da Silva superaram a política neoliberal de contingenciamentos e restrições orçamentárias que marcou, em nome do *superávit primário*, as administrações de FHC. Impressão que pode ficar ainda mais fortalecida se tomarmos como referência os gastos do período de 2004 a 2010 do Governo Federal com as Forças Armadas e os militares, os quais somaram R\$259.207.752.319,31, valor muito superior aos R\$193.041.714.003,73 gastos com os ministérios da educação, ciência e tecnologia e cultura somados. Assim postas, em valores absolutos, as cifras citadas mais escondem que revelam. Por isso, vamos desmembrar as despesas do MD para que possamos alcançar um olhar mais minudencioso do que é definido como Despesa Primária do Ministério da Defesa (DP-MD). A tabela 3 mostra a tendência de queda na participação da DP-MD

<sup>13</sup> O Gasto Público Federal em 1995 foi de R\$ 180.585.015 (menos R\$10.307.180 que em 1994), dos quais, 34,68% corresponderam a despesas não financeiras enquanto 65,32% corresponderam a despesas financeiras (PIANCASTELLI e PEREIRA, 1996).

em relação ao PIB. Por sua vez a tabela 4-A revela a mesma tendência declinante em relação à Despesa Primária da União (DPU)<sup>14</sup>.

A tabela 5 mostra como, em termos percentuais, aquela participação se decompõe nas rubricas que formam a DP-MD. Por sua vez, a tabela 6 mostra o peso dos gastos relativos a cada rubrica nos gastos totais do MD. Conclui-se que, enquanto os gastos totais do MD correspondiam em 1995 a 12,30% da DPU, **74,02% desses gastos foram com pessoal** (soldos, pensões e aposentadorias), 17,36% foram com custeio (despesas com contas de água, energia, telefone, combustível, reposição de estoque, alimentação etc.) e **somente 8,62%, daqueles 12,30%, foram para investimentos** (aquisição e desenvolvimento de novos armamentos, de novas tecnologias, ampliação ou construção de novas unidades militares). Cabe lembrar que uma parte das despesas do Ministério da Defesa destina-se à administração geral do próprio ministério e outra à Agencia Nacional da Aviação Civil (ANAC). Na rubrica pessoal estão incluídas as folhas salariais do pessoal civil do MD, da ANAC e dos comandos militares (antigos ministérios militares). Em 2006, o peso da rubrica pessoal na DP-MD correspondeu a 82,38% do orçamento executado, custeio 12,35% e investimentos 5,27%.

TABELA 5

Participação Percentual da DP-MD na DPU, por Rubrica												
Rubricas	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Pessoal	9,1	8,82	8,28	8,62	8,17	8,19	8,77	8,83	7,91	7,23	6,85	6,95
Custeio	2,14	1,87	1,74	1,55	1,69	1,37	1,42	1,12	1,06	1,15	1,17	1,04
Investimentos	1,06	0,84	0,67	0,7	0,5	0,94	0,93	0,7	0,34	0,5	0,53	0,44

**Fonte:** MINISTÉRIO DA DEFESA. Secretaria de Coordenação e Organização Institucional (SEORI): Execução Orçamentária, série estatística 2000-2010. Brasília, s.d.

TABELA 6

Participação Percentual de Cada Rubrica na DP-MD												
Rubrica	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Pessoal	74,02	76,44	77,45	79,25	78,87	77,99	78,88	82,9	84,96	81,4	80,06	82,38
Custeio	17,36	16,25	16,27	14,3	16,33	13,09	12,78	10,51	11,43	12,94	13,72	12,35
Investimentos	8,62	7,31	6,28	6,46	4,8	8,92	8,34	6,59	3,61	5,66	6,22	5,27

**Fonte:** MINISTÉRIO DA DEFESA. Secretaria de Coordenação e Organização Institucional (SEORI): Execução Orçamentária, série estatística 2000-2010. Brasília, s.d.

A tabela 7 mostra, em bilhões de reais, a participação das DP-MD em seu valor total, e esse valor desmembrado em suas rubricas. Em doze anos, foram gastos com a função Defesa R\$260,98 bilhões, um gasto médio de R\$21,75 bilhões, o que talvez pudesse dar a impressão de valorização das Forças Armadas, porém, desse total: R\$209,41 bilhões foram com pessoal; R\$35,09 bilhões

<sup>14</sup> Mesmo com toda a política de arrocho salarial, demissões e adiamento de concursos nos governos FHC, a participação da DPU no PIB foi crescente, ainda que tenha sido um crescimento ínfimo e, provavelmente, decorrente do crescimento vegetativo da folha. Enquanto a participação da DPU no PIB em 1995 foi de 14,59%, em 2002 foi de 16,35%, e em 2006 foi de 17,34%. A participação da DP-MD no BIP em 1995 foi de 1,79%, em 2002 foi de 1,74%, e em 2006 foi de 1,46%. A participação média da DPU no PIB entre 1995 e 2006 foi de 15,7%. Já a participação medida da DP-MD no

com custeio e R\$16,49 bilhões com investimentos. Tivemos, então, um gasto médio em doze anos com pessoal da ordem de R\$17,45 bilhões; com custeio R\$2,92 bilhões e com **investimentos R\$1,37 bilhão**.

**TABELA 7**

Participação da DP-MD e suas Rubricas no PIB, em Bilhões de Reais												
	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
DP-MD/Total	12,66	13,75	14,55	16,1	16,75	19,39	23,74	25,73	24,85	27,78	31,05	34,63
Pessoal	9,37	10,51	11,27	12,76	13,21	15,12	18,73	21,33	21,11	22,61	24,86	28,53
Custeio	2,2	2,23	2,37	2,3	2,74	2,54	3,03	2,7	2,84	3,6	4,26	4,28
Investimentos	1,09	1,01	0,91	1,04	0,8	1,73	1,98	1,7	0,9	1,57	1,93	1,83

**Fonte:** MINISTÉRIO DA DEFESA. Secretaria de Coordenação e Organização Institucional (SEORI): Execução Orçamentária, série estatística 2000-2010. Brasília, s.d.

Por sua vez, a tabela 8 evidencia a participação percentual das rubricas da DP-MD no PIB. Esta tabela revela que, nos doze anos abrangidos por ela, a participação média da rubrica **investimento foi de 0,11% da DP-MD**; a da rubrica custeio 0,22%, enquanto a rubrica pessoal equivaleu a 1,27% da participação da DP-MD no PIB. Participação que, nos doze anos analisados, teve uma **média de 1,6%**. Portanto, estamos falando em **0,11%**; 0,22% e 1,27% de aproximadamente 1,6% do PIB.

**TABELA 8**

Participação Percentual das Rubricas da DP-MD no PIB												
	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Pessoal	1,33	1,25	1,2	1,3	1,24	1,28	1,44	1,44	1,24	1,16	1,16	1,2
Custeio	0,31	0,26	0,25	0,24	0,26	0,22	0,23	0,18	0,17	0,19	0,2	0,18
Investimentos	0,15	0,12	0,1	0,11	0,08	0,15	0,15	0,11	0,05	0,08	0,09	0,08

**Fonte:** MINISTÉRIO DA DEFESA. Secretaria de Coordenação e Organização Institucional (SEORI): Execução Orçamentária, série estatística 2000-2010. Brasília, s.d.

Vejamos agora o desmembramento dos dados da tabela 2 referentes aos anos de 1994 e 1995<sup>15</sup>.

A leitura das tabelas 4-B, 9 e 10, evidenciará primeiro que, à exceção do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA), o padrão dos gastos executados é o mesmo encontrado nas tabelas anteriores: mais de 70% dos gastos do item defesa são referentes a soldos, pensões, aposentadorias e encargos trabalhistas. A segunda maior parcela dos gastos destina-se ao custeio dos órgãos

<sup>15</sup> Entre maio de 1993 e março de 1994, FHC era o ministro da fazenda do governo do presidente Itamar Franco; desincompatibilizando-se do cargo para candidatar-se à Presidência da República, tendo sido eleito em outubro de 1994 e assumido o primeiro mandato em 01/01/1995, o qual findou em 01/01/1999, data em que assumiu o segundo mandato que durou até 01/01/2003. Portanto, em 1994, ano do lançamento do Plano Real, FHC já influía na macroeconomia do real, na condição de ministro ou ex-ministro e candidato governista à Presidência da República e, entre janeiro de 1995 e dezembro de 1994, como Presidente da República.

militares, a pagar as despesas correntes. Enquanto a parcela destinada aos investimentos é a mais modesta das três.

Se o governo Itamar Franco trouxe, após a política de cortes orçamentários do governo Collor de Mello, algum alento aos militares com os gastos das três forças singulares mais o EMFA somando em 1994 R\$10.287.797,00 e em 1995 – primeiro ano de mandato de FHC – os gastos chegaram à R\$12.962.681,00 uma elevação de R\$2.674.884,00; não podemos perder de vista que aproximadamente 94% desses gastos correspondiam a despesas com Pessoal e Encargos mais Outras Despesas de Custeio [PE+ODC] (tabelas 9 e 10), enquanto os gastos com investimentos permaneceram baixos, e no caso do Exército e da FAB sofreram redução (PIANCASTELLI; PEREIRA, 1996).

**TABELA 9**

Gasto Público Federal. Despesas Não-Financeiras. Participação em % – 1994				
	PE*	ODC**	Inv.***	IF****
Marinha	79,25	15,02	5,73	0
Exército	79,66	10,47	9,64	0,23
Aeronáutica	78,92	13,14	7,91	0,02
EMFA	29,66	62,01	8,33	0

\* Pessoal e Encargos; \*\* Outras Despesas de Custeio; \*\*\* Investimentos; \*\*\*\* Inversões Financeiras.

**Fonte:** Secretaria do Tesouro Nacional/ SIAFI e IPEA/Coord. Geral de Finanças Públicas, in PIANCASTELLI e PEREIRA, 1996, p. 36.

**TABELA 10**

Gasto Público Federal. Despesas Não-Financeiras. Participação % – 1995				
	PE*	ODC**	Inv.***	IF****
Marinha	75,22	15,63	9,08	0,07
Exército	84,21	10,17	5,31	0,25
Aeronáutica	72,35	21,54	6,11	0
EMFA	30	59,05	10,96	0

\* Pessoal e Encargos; \*\* Outras Despesas de Custeio; \*\*\* Investimentos; \*\*\*\* Inversões Financeiras.

**Fonte:** Secretaria do Tesouro Nacional/ SIAFI e IPEA/Coord. Geral de Finanças Públicas, in PIANCASTELLI e PEREIRA, 1996, p. 37.

Outro fato a considerar é o endividamento interno e externo do Exército, mas, sobretudo da Marinha e da FAB. Em 1994, a soma do que as três forças mais o EMFA pagaram de Juros e Encargos da Dívida Interna (JEDI), mais Juros e Encargos da Dívida Externa (JEDE), mais Amortização da Dívida Interna (ADI), mais Amortização da Dívida Externa (ADE) foi de R\$619.108.000,00 ou 6,02% dos gastos das três forças mais o EMFA. Em 1995, os pagamentos referentes às dívidas interna e externa somaram R\$452.920.000,00 ou 3,49% do total dos gastos desses órgãos. Mais importante do que os valores em si, é saber que, provavelmente, parte dos investimentos resultaram do endividamento dos ministérios militares e do EMFA. Entretanto, os dados disponíveis não permitem estabelecer uma relação direta – positiva ou negativa – entre endividamento e níveis de investimentos e é possível que uma parte dos empréstimos tenha sido utilizada para, em virtude dos “contingenciamentos” orçamentários, cobrir despesas correntes. No

caso da Marinha e da FAB, o custo dos juros, encargos e amortizações das dívidas, em 1994, superou – e bem – o gasto com investimentos, como comprova a tabela 11. Entretanto, a tabela 12 demonstra uma melhora tanto na situação do endividamento quanto nos valores destinados aos investimentos. Porém, como alertamos acima, é preciso não se deixar iludir pelos números absolutos, é preciso ter em conta que mesmo com essa melhora a participação dos investimentos no total dos gastos continua insignificante (FIALHO, s.d.).

Entre 2000 e 2006, a “Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Externa” custou R\$2.746.348,00 ao MD (MINISTÉRIO DA DEFESA. s.d.).

Entre 1995 e 2002, o endividamento das três forças apresenta tendência ascendente. No caso da FAB, o nível mais alto de endividamento é atingido entre 2004 e 2006.

**TABELA 11**

Gastos com Investimentos e com Dívidas (1994), em R\$ Milhões de dez./ 1995				
Ministérios				
	Marinha	Exército	Aeronáutica	EMFA
Investimentos	150.245	476.314	162.439	4.314
Dívida*	285.293	72.079	261.059	677

\* Soma de JEDI+JEDE+ADI+ADE

**Fonte:** Secretaria do Tesouro Nacional/SIAFI e IPEA/Coordenação Geral de Finanças Públicas, in PIANCASTELLI; PEREIRA, 1996, p. 37.

**TABELA 12**

Gastos com Investimentos e com Dívidas (1995), em R\$ Milhões de dez./1995				
Ministérios				
	Marinha	Exército	Aeronáutica	EMFA
Investimentos	309.067	325.982	181.175	6.870
Dívidas*	78.895	58.569	223.938	0

\*Soma da JEDI+JEDE+ADI+ADE

**Fontes:** Secretaria do Tesouro Nacional/SIAFI e IPEA/Coordenação de Finanças Públicas, in PIANCASTELLI; PEREIRA, 1996, p. 26-27.

As tabelas 13 e 14 demonstram que, ao menos para o segundo governo FHC e o primeiro governo Lula da Silva, não se pode considerar que as Forças Armadas foram poupadas das restrições orçamentárias que caracterizam a política fiscal dos governos neoliberais. Mesmo, se tomarmos como referência os anos de 2000/2001 e 2003/2004, quando as variações anuais na execução orçamentária foram positivas, o que temos são valores que não indicam a ocorrência de efetiva valorização das Forças Armadas, a ocorrência de investimentos em modernização e desenvolvimento de tecnologias e novos armamentos. São valores que – ainda mais se considerarmos os *déficits* indicados nas variações negativas dos anos anteriores – mal e mal repõem o que foi consumido, cobrem – quando cobrem –, as despesas correntes. Essa situação parece-nos corroborar notícias que circulavam na imprensa de que quartéis liberavam parte do contingente para almoçar ou jantar em casa e assim economizar no rancho. Até mesmo o número de engajados

precisará ser “contingenciado” conforme demonstra a tabela 15 fornecida pelo Chefe do EMFA do primeiro governo FHC, general de exército Benedito Onofre Bezerra Leonel<sup>16</sup>.

**TABELA 13**

Variação Anual na Execução Orçamentária de Custeio e Investimentos, em %						
	2000-2001	2001-2002	2002-2003	2003-2004	2004-2005	2005-2006
Marinha	16,09	-34,25	2,61	16,51	25,29	-5,49
Exército	112,7	9,29	-8,5	23,44	19,69	11,44
Aeronáutica	40,62	-10,79	-18,5	55,01	-1,29	4,41

Fonte: MINISTÉRIO DA DEFESA. Secretaria de Coordenação e Organização Institucional (SEORI): Execução Orçamentária, série estatística 2000-2010. Brasília, s.d.

**TABELA 14**

Variação Anual na Execução Orçamentária de Custeio e Investimentos em Reais						
	2000-2001	2001-2002	2002-2003	2003-2004	2004-2005	2005-2006
Marinha	166.200	-410.700	20.600	133.600	238.400	-64.900
Exército	1.043.574	97.000	-97.000	244.800	253.800	176.500
Aeronáutica	661.500	-247.100	-378.000	915.700	-333.000	112.300

Fonte: MINISTÉRIO DA DEFESA. Secretaria de Coordenação e Organização Institucional (SEORI): Execução Orçamentária, série estatística 2000-2010. Brasília, s.d.

**TABELA 15**

Número de Alistados e Percentual de Incorporados nas Forças Armadas		
	Alistados	% de Incorporados
Marinha	10.752	21,90
Exército	1.278.505	7,80
Aeronáutica	28.295	24,20
Total	1.317.552	8,26

Fonte: LEONEL, Benedito Onofre Bezerra. As Forças Armadas Brasileiras. Revista da Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro: ESG Divisão de Documentação, ano XII, nº 34, p. 07-28, 1997, p. 12.

É provável que parte das despesas de custeio e investimentos, sobretudo nos anos em que a variação foi negativa, tenha sido coberta com o recurso do endividamento. É o que nos parece sugerir a comparação das tabelas 13 e 14 com a tabela 16. O endividamento parece ter sido um dos recursos empregados pelos Comandos Militares e pelo MD para amenizar os efeitos dos contingenciamentos sobre as Forças Armadas.

Além do endividamento, ao analisarmos os recursos destinados ao MD e, em especial, aos três Comandos Militares, é preciso ter em conta que parte expressiva das despesas de custeio e financiamento foram cobertas por recursos que não provieram diretamente do Tesouro Nacional, mas por meio das fontes “Próprias e Vinculadas” e “Convênio e Doações” (tabelas 17, 18 e 19).

**TABELA 16**

Evolução da Dívida dos Comandos Militares na Execução Orçamentária 2000-2006, em R\$ Milhões							
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Marinha	613.262	720.490	759.078	296.277	190.022	124.806	60.959
Exército	402.574	542.807	759.433	62.012	75.248	65.168	47.918
Aeronáutica	209.266	312.274	576.421	222.309	177.948	1.310.968	292.866

Fonte: MINISTÉRIO DA DEFESA. Secretaria de Coordenação e Organização Institucional (SEORI): Execução Orçamentária, série estatística 2000-2010. Brasília, s.d.

<sup>16</sup> Segundo o general Leonel, 52% dos jovens incorporados eram voluntários (CARMO, 1997, p. 14).

**TABELA 17**

Participação das Fontes na Composição da Execução Orçamentária 2000-2006. Custeio e Investimentos, em Percentual  
– Comando da Aeronáutica

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Convênios e Doações	0	0,26	0,19	0,24	0,11	0,11	0,06
Próprias e Vinculadas	69,4	35,47	40,41	44,08	42,34	41,63	45,67
Tesouro Livre	30,6	64,27	59,4	55,68	57,55	58,26	54,27

Fonte: MINISTÉRIO DA DEFESA. Secretaria de Coordenação e Organização Institucional (SEORI): Execução Orçamentária, série estatística 2000-2010. Brasília, s.d.

**TABELA 18**

Participação das Fontes na Composição da Execução Orçamentária 2000-2006. Custeio e Investimentos, em Percentual  
– Comando do Exército

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Convênios e Doações	3,19	2,61	1,18	1,12	1,07	2,82	2,46
Próprias e Vinculadas	28,35	27,28	28,86	31,07	33,19	30,08	31,87
Tesouro Livre	68,46	70,11	69,96	67,81	65,74	67,1	65,67

Fonte: MINISTÉRIO DA DEFESA. Secretaria de Coordenação e Organização Institucional (SEORI): Execução Orçamentária, série estatística 2000-2010. Brasília, s.d.

**TABELA 19**

Participação das Fontes na Composição da Execução Orçamentária 2000-2006. Custeio e Investimentos, em Percentual  
– Comando da Marinha

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Convênios e Doações	0	0	0	0	0	0,22	0,12
Próprias e Vinculadas	45,12	46,47	36,77	29,9	36,53	29,21	36,08
Tesouro Livre	54,88	53,53	63,23	70,1	63,47	70,57	63,8

Fonte: MINISTÉRIO DA DEFESA. Secretaria de Coordenação e Organização Institucional (SEORI): Execução Orçamentária, série estatística 2000-2010. Brasília, s.d.

Podemos observar que a fonte denominada “Próprias e Vinculadas” tem uma participação importante para a execução orçamentária das três forças singulares e é necessário tê-la em conta quando se quer avaliar os impactos do neoliberalismo nas Forças Armadas. É justo dizer que, ao menos no segundo governo FHC e no primeiro governo Lula da Silva, essa fonte contribuiu de maneira importante para que as forças singulares – e o próprio MD – pudessem saldar ou rolar os gastos com as despesas correntes e manter os quartéis funcionando.

Fica claro que, para a compreensão e real mensuração de uma política de defesa, não basta observar os gastos totais, é preciso decompô-los em suas partes prestando especial atenção aos valores destinados aos investimentos.

Para não nos prolongarmos mais na análise da participação da rubrica investimentos nos gastos do MD, objetivando demonstrar que as políticas neoliberais prevaletentes no período da nossa pesquisa implicaram destinação de recursos limitados também para as Forças Armadas, mormente para seus gastos com reaparelhamento, adequação e desenvolvimento tecnológico, sugerimos ao leitor comparar as informações contidas nas tabelas 7 e 12<sup>17</sup>.

<sup>17</sup> Em palestra na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, o general esguiano e então assessor militar especial do MD, afirmou: “O maior problema do setor de defesa, na opinião do general, é que o país não tem suficiente poder de dissuasão militar. Os atuais equipamentos de defesa antiaérea, informou, são ‘velhos e obsoletos’ e não podem impedir que aviões de caça modernos sobrevoem o território nacional [...] Moreira informou que o Exército dispõe de aproximadamente R\$1bilhão anuais para todas as despesas. Com isso, alertou, quase não há

A tabela 20 mostra o quadro geral do Brasil em relação à função defesa comparativamente a outros Estados nacionais.

**TABELA 20**

Forças Armadas no Mundo. Comparação da Relação PIB/Defesa; Habitante/Militar e Km <sup>2</sup> /Militar			
	PIB/Defesa	Habitante/Militar	Km <sup>2</sup> /Militar
Israel	11,30%	30	0,11
Cuba	8,75%	60	0,60
Turquia	5,62%	108	1,40
EUA	4,15%	108	3,88
Alemanha	2,41%	239	1,05
Japão	2,11%	439	1,32
China	1,44%	396	3,19
Brasil	0,58%	535	8,69

**Fonte:** LEONEL, Benedito Onofre Bezerra. As Forças Armadas Brasileiras. Revista da Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro: ESG Divisão de Documentação, ano XII, nº 34, p. 07-28, 1997, p. 21.

Segundo o ex-Comandante da ESG, general Théo Espindola Basto, também a ESG foi atingida pelos cortes orçamentários e passou a enfrentar maiores dificuldades para recrutar servidores de outros ministérios para os seus quadros.

A dotação de recursos orçamentários é outro ponto de preocupação para o Comando. Faz-se a previsão de recursos para realizarem-se os cursos da Escola. Ora, sabe-se que um Instituto de Altos Estudos deve instituir seminários, ciclos de debates e pesquisas que impõem necessidades financeiras de relativo vulto. As dotações vêm, desde 1997, sofrendo cortes que interferem negativamente nas atividades curriculares; o que dizer das outras, em particular de estudos estratégicos e de pesquisas? (BASTO, 2000, p. 17).

Não conseguimos dados que nos permitissem conhecer as dotações orçamentárias destinadas à ESG antes de 2000, porém dispomos de informações que nos permitem perceber que, a partir de 2001, a situação financeira da Escola não se apresentou tão delicada quanto à situação dos três Comandos. É possível que a criação do MD em 1999, do qual a ESG tornar-se-á “o braço acadêmico”<sup>18</sup>, tenha contribuído para beneficiá-la (tabelas 21-A e 21-B).

**TABELA 21-A**

Custeio e Investimentos em Altos Estudos – ESG – R\$ milhões						
2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
1.356	4.092	4.075	5.532	7.878	7.180	7.423

**Fonte:** MINISTÉRIO DA DEFESA. Secretaria de Coordenação e Organização Institucional (SEORI): Execução Orçamentária, série estatística 2000-2010. Brasília, s.d.

recursos para investimentos. Por outro lado, observou, o contingenciamento de recursos de *royalties* destinados à Marinha dificultou o prosseguimento do programa de construção de um submarino nuclear, que poderia estar funcionando em até 15 anos” (MOREIRA, s.d.).

<sup>18</sup> No dizer do ex-ministro da defesa, Geraldo Quintão (2002, p. 9), ao proferir a aula inaugural da ESG em 2002: a “nova ESG”, seria o “órgão de formação de capital humano para os quadros de alto nível do MD e como centro de excelência para a discussão dos assuntos atinentes à defesa nacional”.

TABELA 21-B

Evolução do Orçamento Destinado à Defesa Nacional em Bilhões de Reais			
	MD	ESG	Percentual da ESG em relação ao MD
2004	26.606.449.779,81	5.825.885,13	0,022
2005	30.307.655.611,04	8.622.359,13	0,028
2006	33.992.452.011,12	8.527.149,23	0,025
2007	37.369.223.631,58	6.205.624,56	0,017
2008	40.134.170.700,99	6.307.593,65	0,016
2009	47.485.271.785,70	8.719.457,60	0,018
2010	43.312.528.799,07	8.974.657,94	0,021

Fonte: Porta da Transparência: <http://www.portaltransparencia.gov.br/>

A análise minudente dos orçamentos dos ministérios militares antes da criação do MD e deste a partir de 1999, aliada aos pronunciamentos de diferentes e importantes chefes militares, incluindo Ministros e Comandantes (inclusive da ESG), demonstra que os governos do presidente Fernando Henrique Cardoso não pouparam as Forças Armadas das políticas de contingenciamentos e não produziram uma política de defesa que equacionasse – ou avançasse no sentido de equacionar – o recorrente *déficit* em atualização e modernização da capacidade bélica, na geração de pesquisas para se alcançar a autonomia na capacidade de produzir armamentos e equipamentos de defesa modernos. Os percentuais insignificantes dos orçamentos destinados aos investimentos demonstram que a presidência FHC não concebeu a defesa nacional e o possível emprego dos militares, como defesa do território nacional, mas basicamente como guarda dos interesses econômicos prevaletentes internamente; isto é, como mantenedores da “ordem interna”, “ordem institucional”, “ordem constitucional” ou do “Estado democrático de Direito”. Ciente das tensões que a aplicação das políticas macroeconômicas de cariz neoliberal tendia a produzir, o presidente FHC buscou – e nisso concordamos com Martins Filho – mediante a exaltação do discurso da “preservação da ordem interna” angariar apoio entre os militares por meio dos aspectos mais reacionários da doutrina militar: a repulsa às contestações sociais. Acreditamos que, com o uso do aparelho militar contra movimentos sociais, FHC tenha pretendido enfraquecer o ímpeto contestatório das forças de oposição (MARTINS FILHO, 2002 e 2000).

Ao menos **no tocante aos aspectos econômicos** – sobretudo de investimentos na aquisição ou (e isto seria ainda mais importante) desenvolvimento autônomo de novos e modernos meios de defesa – os governos do presidente Lula da Silva, particularmente o primeiro governo (2003-2006), não implicaram uma mudança de rumo em relação às administrações de FHC. Não significa dizer que foram governos iguais em outros aspectos importantes, especialmente em relação ao desenvolvimento da nova doutrina militar de dissuasão – em substituição à DSN – expressa na PND e na END. Também melhorias salariais ocorreram, porém, em termos de investimentos voltados a dotar as Forças Armadas de potencial dissuasório real e o Brasil de uma indústria nacional de defesa

tecnologicamente moderna e autônoma não encontramos provas que nos permitissem sustentar uma ruptura em relação às administrações de FHC.

Neste artigo não pudemos analisar os impactos das administrações de FHC e Lula da Silva sobre as condições materiais de vida dos militares, privilegiamos seus efeitos institucionais sobre as três forças. Porém, podemos adiantar que também no aspecto salarial os militares não foram poupados das políticas de contingenciamento da era FHC e que no período Lula da Silva obtiveram uma recuperação em relação ao período anterior, mas que não os distinguiu da maior parte dos funcionários do poder executivo, nada que justifique coloca-los em uma situação privilegiada em relação aos demais servidores públicos (MOREIRA, 2007).

### **Considerações finais**

Chegamos às considerações finais convictos de termos alcançados os objetivos propostos para este texto. Através da análise dos dados da SEORI estamos certos de termos demonstrado empiricamente que tanto nos governos de FHC quanto nos governos de Lula da Silva as Forças Armadas não foram poupadas dos “contingenciamentos orçamentários” impostos aos serviços públicos pela política fiscal decorrente da diretriz neoliberal da macroeconomia dos governos referidos. Acreditamos termos demonstrado que as convicções presentes nos textos analisados do professor João Roberto Martins Filho decorrem do fato do pesquisador ter se servido de dados do SIPRI e da USACDA, os quais não permitem o emprego do procedimento metodológico mais adequado a esse tipo de estudo: o desmembramento dos dados estatísticos de forma a separar as informações por rubricas – pessoal, ou seja, pagamento de salários e pensões; custeio e investimentos – levando o pesquisador a conclusões equivocadas sobre o real nível de investimentos realizados nos governos de FHC. Ao utilizarmos os dados estatísticos inéditos da SEORI tivemos a possibilidade de desmembrar as despesas primárias do Ministério da Defesa e compara-las não somente a outros índices – como a evolução do PIB – mas também no tempo, concluindo que tanto nos governos de FHC quanto nos governos de Lula da Silva os gastos com investimentos mantiveram-se irrisórios quando não declinantes. Em nosso texto, os dados estatísticos e as tabelas não se constituem apenas em fatores de demonstração e corroboração das hipóteses, mas em fontes primárias a partir das quais pudemos elaborar a crítica às conclusões de João Roberto e formular nossas próprias conclusões.

Utilizando citações de entrevistas concedidas por militares demonstramos que as relações entre a cúpula das Forças Armadas e o presidente Fernando Henrique conheceram momentos de tensão e que, assim entendemos, não se pode deduzir que houve um apoio geral dos militares à adesão do governo à globalização e ao neoliberalismo. O engajamento das Forças Armadas nas

operações de GLO não permite concluir por apoio dos militares – enquanto categoria profissional – às diretrizes neoliberais dos governos estudados. É provável que tenha se tratado essencialmente de obediência hierárquica. Ademais, como dissemos, os militares dos anos de 1990 e muitos dos que ainda estão em serviço, foram formados profissional e ideologicamente nos princípios da Doutrina de Segurança Nacional, portanto, não se pode estranhar a hostilidade deles em relação aos movimentos sociais. Não obstante o comportamento disciplinado, a mídia registrou manifestações de chefes militares, em geral por intermédio de oficiais da reserva, expressando descontentamento e preocupação com o uso abusivo das Forças Armadas em ações de segurança interna, de segurança pública.

Não entrando no mérito do debate sobre as relações entre civis e militares pós-ditadura, por não ser objeto deste trabalho, parece-nos pertinente destacar que o fim da ditadura empresarial-militar não implicou no desaparecimento dos militares como sujeitos políticos e como objetos válidos e pertinentes de pesquisas.

## Referências

ALMEIDA, Mônica Piccolo. Reformas Neoliberais no Brasil: A Privatização nos Governos Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso. Niterói, 2010. 427f. *Tese* (Doutorado em História) – Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

ATÁSSIO, Aline Prado; MANCUSO, Amanda Pinheiro. Reflexões Sobre a Exceção: Implicações do Emprego do Exército como Força Policial no Brasil. *Revista Videre*, Dourados (MS): Faculdade de Direito e Relações Internacionais da Universidade Federal da Grande Dourados, ano 2, nº 4, p. 93-111, jan./jun. 2010. Disponível em: <<http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/videre/article/view/891/615>>.

ÁVILA, Rodrigo; LINS, Renata. *Superávit Primário*. 2ª ed. Brasília: Fórum Brasil do Orçamento, 2004.

BARBOSA, Jefferson Rodrigues; GONÇALVES, Leandro Pereira; VIANNA, Marly de Almeida Gomes; CUNHA, Paulo Ribeiro da (Orgs.). *Militares e Política no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

BARROS, José D'Assunção. *O Campo da História: Especialidades e Abordagens*. 9ª ed., 3ª reimpressão. Petrópolis (RJ): Vozes, 2017.

\_\_\_\_\_. *Projeto de Pesquisa em História: da Escolha do Tema ao Quadro Teórico*. 9ª ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 2013.

BASTO, Théo Espindola. Programa Escola Superior de Guerra 2000. *Revista da Escola Superior de Guerra*, Rio de Janeiro: ESG Divisão de Documentação, ano XVII, nº 39, p. 14-22, 2000.

BENJAMIN, César et al. *A Opção Brasileira*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998.

BIONDI, Aloysio. *O Brasil Privatizado II: o assalto das privatizações continua*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

\_\_\_\_\_. *O Brasil Privatizado: um balanço do desmonte do Estado*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. Inserção Externa e Vulnerabilidade da Economia Brasileira no Governo Lula. In: *OS ANOS LULA: Contribuições para um Balanço Crítico 2003-2010*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

CARDOSO, Ciro Flamarion; PÉREZ BRIGNOLI, Héctor. *Os Métodos da História*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

CARMO, Fábio Soares. Atuação do EMFA. O Que é o EMFA? Estrutura Militar em Tempos de Paz. *Revista da Escola Superior de Guerra*, Rio de Janeiro: ESG Divisão de Documentação, ano XII, nº 35, p. 06-25, 1997.

CARNEIRO, Maria Lúcia Fattorelli; ÁVILA, Rodrigo Vieira de. A Dívida e as Privatizações. *Auditoria Cidadã da Dívida*. Disponível em <<http://www.auditoriacidada.org.br/wp-content/uploads/2012/09/a-divida-e-as-privatizacoes.pdf>>, acesso em: 23/08/2009.

CASTRO, Antonio Barros de. Rumo ao Liberalismo: Ponderações. In: TAVARES, Maria da Conceição et al. *Aquarella do Brasil: Ensaio Político e Econômico Sobre o Governo Collor*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora, 1991.

DAGNINO, Renato. *A Indústria de Defesa no Governo Lula*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

DRAIBE, Sônia. *A Política Social no Período FHC e o Sistema de Proteção Social*. *Tempo Social*, São Paulo: Departamento de Sociologia da USP, v. 15, nº 2, p. 63-101, 2003. Disponível em <<https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/12405/14182>>, acesso em: 15/10/2009.

DUARTE, Luiz Claudio. Reflexões para uma Leitura de Realidade. *Falas*, Campos dos Goytacazes: Departamento de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense de Campos dos Goytacazes, ano 1, nº 1, p. 3-10, set.1995.

DUARTE, Luiz Claudio. *A Produção do Pensamento Militar Brasileiro Contemporâneo pela Escola Superior de Guerra: 1989-2006*. Niterói, 2012. 371 f. *Tese* (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

ESTADÃO. *FHC autoriza dispensa de recrutas do Exército*. Caderno de Política. São Paulo: Agência Estado, 16/07/2002. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,fhc-autoriza-dispensa-de-recrutas-do-exercito,20020716p56660>>, acesso em: 21/11/2011.

FERNANDES, Fernando Bartholomeu. *As Relações Civil-Militares Durante o Governo Fernando Henrique Cardoso – 1995/2002*. 2006. 157f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

FIALHO, Ivan. *Mentalidade de Defesa no Brasil*, s.d. Disponível em: <<http://www.reservaer.com.br/est-militares/mentalidade-defesa.html>>, acesso em: 21/11/2011.

FILGUEIRAS, Luiz et al. Modelo Liberal-Periférico e Bloco de Poder: Política e Dinâmica Macroeconômica nos Governos Lula. In: *OS ANOS LULA: Contribuições para um Balanço Crítico 2003-2010*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

\_\_\_\_\_. GONÇALVES, Reinaldo. *A Economia Política do Governo Lula*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

FRANKLIN, Cléber Batalha. *A Geopolítica da Amazônia Setentrional: O Eixo Manaus - Puerto La Cruz*. VI Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa e I Encontro Sul-Americano de Defesa: Pensamento Brasileiro em Defesa. *Anais*. São Paulo: Associação Brasileira de Estudos de Defesa, de 06 a 09 de agosto de 2012. Disponível em: <[http://www.abedef.org/download/download?id\\_download=74](http://www.abedef.org/download/download?id_download=74)>, acesso em: 09/02/2017.

FUCCILLE, Alexandre; BARRETO, Lis; THOMAZELLA, Ana Elisa. Diplomacia e Defesa no Governo Lula: O Diálogo Tardio. In: ENCONTRO NACIONAL DA ABRI, 5º, 2015, Belo Horizonte, *Anais...* Belo Horizonte: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, de 29 a 31 de julho, 2015, p. 1-18. Disponível em: <<https://www.google.com.br/search?q=diplomacia+e+defesa+no+governo+lula%3a+o+di%3%811ogo+tardio&oq=diplomacia+e+defesa+no+governo+lula%3a+o+di%3%811ogo+tardio&aqs=chrome..69i57.1161j0j8&sourceid=chrome&ie=utf-8>>.

\_\_\_\_\_. As Forças Armadas e a Missão Militar no Governo Fernando Henrique Cardoso (1995-1998). *Revista Tomo*, Aracaju: Editora da Universidade Federal de Sergipe, nº 6, p. 9-47, 2003. Disponível em: <<https://seer.ufs.br/index.php/tomo/article/view/5232/4309>>.

GONÇALVES, Reinaldo; POMAR, Valter. *A Armadilha da Dívida*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

\_\_\_\_\_; POMAR, Valter. *O Brasil Endividado*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

GUERRA, Jorge C. C. Nova Cavalaria e Indústria Militar Brasileira, na Perspectiva da Estratégia Nacional de Defesa (END) – Brigadas Aeromóveis. VII Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa: Defesa da Amazônia. *Anais*. Belém: Associação Brasileira de Estudos de Defesa, de 04 a 08 de agosto de 2013. Disponível em: <[http://www.abedef.org/download/download?id\\_download=76](http://www.abedef.org/download/download?id_download=76)>, acesso em: 10/02/2017.

MARTINS FILHO, João Roberto. Globalização e Forças Armadas no Brasil. *Crítica Marxista*, São Paulo: Boitempo, nº 15, p. 85-106, out. 2002.

\_\_\_\_\_. O Governo Fernando Henrique e as Forças Armadas: um passo à frente, dois passos atrás. *Revista Olhar*, São Carlos: Centro de Educação e Ciências Humanas da UFSCar, Ano 2, nº 4, p. 01-17, dez. 2000. Disponível em: <<mailto:http://olhar.ufscar.br/index.php/olhar/article/viewFile/54/46>>, acesso em: 17/02/2011.

MARTINS, Marcos Antônio Fávero; OLIVEIRA, Edilson Luís de. Méritos e ilusões de uma política de defesa. *Intellector*, Rio de Janeiro: Centro de Estudos em Geopolítica e Relações Internacionais (CENEGRI), ano XI, v. 12, nº 23, p. 1-20, jul/dez. 2015. Cf. <<http://www.cenegri.org.br/intellector/ojs-2.4.3/index.php/intellector/article/view/2>>, acesso em: 23/01/2018.

MINISTÉRIO DA DEFESA. *Garantia da Lei e da Ordem*. 2ª ed. 2014. <[http://www.defesa.gov.br/arquivos/2014/mes02/md33\\_m\\_10\\_glo\\_2ed\\_2014.pdf](http://www.defesa.gov.br/arquivos/2014/mes02/md33_m_10_glo_2ed_2014.pdf)>, acesso em: 12/06/2017.

MOREIRA, José Benedito de Barros. *A Nova Geografia Mundial e seus Reflexos para o Brasil. Agência Senado. Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal. 18ª Reunião Ordinária, 14/06/2007, s.d. Disponível em: <[http://www.defesabr.com/md/md\\_legislativo\\_cre.htm#palestra](http://www.defesabr.com/md/md_legislativo_cre.htm#palestra)>, acesso em: 17/12/2011.*

NEGRÃO, Thadeu Luiz Crespo Alves. *O Governo Lula e a Recuperação da Função Engenharia na Base Logística de Defesa. VI Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa e I Encontro Sul-Americano de Defesa: Pensamento Brasileiro em Defesa. Anais... São Paulo: Associação Brasileira de Estudos de Defesa, de 06 a 09 de agosto de 2012. Disponível em: <[http://www.abedef.org/download/download?id\\_download=74](http://www.abedef.org/download/download?id_download=74)>, acesso em: 09/02/2017.*

NETO, Alcino Ferreira Câmara. *Plano Collor: Raízes e Frutos. In: TAVARES, Maria da Conceição et al. Aquarella do Brasil: Ensaio Político e Econômico Sobre o Governo Collor. 2ª ed. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora, 1991.*

OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. *De Geisel a Collor: Forças Armadas, Transição e Democracia. Campinas: Papiro, 1994.*

OLIVEIRA, Francisco de. *Collor, a Falsificação da Ira. Rio de Janeiro: Imago, 1992.*

PEDROSA, Mino; CONTREIRAS, Hélio. *Mobilização Fardada. Revista ISTOÉ, nº 1620, p. 26-30, out. 2000. Disponível em: <<http://www.terra.com.br/istoe-temp/1620/brasil/1620mobilizacao.htm>>, acesso em 24/01/2012.*

PESSANHA, Rodolfo Gomes. *As Forças Armadas Face à Globalização: dois ensaios de urgência. Niterói: Muiraquitã, 1998.*

PIANCASTELLI, Marcelo; PEREIRA, Francisco. *Gasto Público Federal: Análise de Despesa Não-Financeira. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada [IPEA], 1996, p. 30. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/pub/td/TD\\_96/td\\_431.pdf](http://www.ipea.gov.br/pub/td/TD_96/td_431.pdf)>, acesso em: 16/12/2011.*

QUINTÃO, Geraldo Magela da Cruz. *Aula Inaugural do Ano Letivo de 2002 da Escola Superior de Guerra. Revista da Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro: ESG – Divisão de Documentação, ano XIX, nº 41, p. 9-26, 2002.*

ROUQUIÉ, Alain (Coord.). *Os Partidos Militares no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Record, 1980.*

ZAVERUCHA, Jorge. *Rumor de Sabres: Controle Civil ou Tutela Militar? - Estudo Comparativo das Transições Democráticas no Brasil, na Argentina e na Espanha. São Paulo: Ática, 1994.*